



Registro de depoimentos no processo penal: sua evolução e a experiência da gravação audiovisual em Itajaí (SC)

Autor: Marcelo Adriano Micheloti

Juiz Federal

publicado em 27.06.2014

 [\[enviar este artigo\]](#)

 [\[imprimir\]](#)

Resumo

A maneira de formalizar em autos a persecução penal no Brasil somente foi alterada com a edição da Lei nº 11.419, de 19.12.2006, a qual permitiu que isso fosse feito de modo eletrônico, e não mais em autos físicos. Uma série de benefícios adveio dessa nova situação para os usuários e membros do Judiciário, os quais têm necessidade de se adaptar ao novo, tentando se afastar dos dogmas do passado. Mesmo sem alterações legislativas específicas, os envolvidos na persecução penal devem buscar alternativas para tornar mais célere e profícua a realização do seu mister, e aqueles que se deparam com tais situações têm que evitar encontrar nulidades em tudo pelo simples fato de ser novidade. A possibilidade de gravações audiovisuais de audiências tornou mais dinâmica a realização desse ato e propiciou fidelidade aos registros, coisa que o modo antigo não permitia (advogado perguntava para o juiz, que reperguntava ao depoente, o qual respondia ao juiz, que sintetizava no ditado para o escrevente). Em Itajaí, foi desenvolvido um modo simples e econômico de gravação audiovisual de audiências, bem como de disponibilização desses arquivos para toda e qualquer subseção da Quarta Região da Justiça Federal e também para o próprio Tribunal.

Palavras-chave: Processo penal. Processo eletrônico (Lei nº 11.419/2006). Registro audiovisual de audiências. Inovação da 1ª Vara Federal em Itajaí.

Sumário: Introdução. 1 Histórico. 2 Modo de atuação com os processos criminais físicos. 3 A atuação no processo eletrônico criminal. 4 A utilização de meios modernizadores do processo penal e os pensamentos refratários. 5 A experiência da Vara Federal Criminal de Itajaí. Conclusão. Referências bibliográficas.

Introdução

A utilização de sistemas eletrônicos é uma constante no dia a dia da nossa população. Embora já há um bom tempo o computador seja utilizado nas tarefas forenses, apenas em 2006 foi promulgada a Lei nº 11.416, que possibilitou um processo criminal totalmente eletrônico. Mais recente ainda foi a permissão para gravação audiovisual de audiências, sem necessidade de transcrição do seu conteúdo.

O texto faz um breve histórico do modo de atuar com os processos físicos criminais e da sua mudança para os eletrônicos; destaca alguns posicionamentos contrários à modernização, passando pela implementação da gravação audiovisual de audiências; e, por fim, apresenta a experiência da 1ª Vara Federal de Itajaí, com um sistema simples e barato que permitiu a agilização do registro dessa prova e seu compartilhamento direto com outros locais da Quarta Região da Justiça Federal. **Como anexo, segue um roteiro desse sistema de gravação.**

1 Histórico

O primeiro Código de Processo Penal do Brasil foi publicado em 1832.

Anteriormente, vigiam as Ordenações do Reino de Portugal. Na República, os códigos de processo eram estaduais, sendo que alguns estados optaram por permanecer com a legislação do Império. O Código de 1941 reunificou o Código de Processo Penal. Nesse período todo, os autos dos processos sempre foram um conjunto de folhas envolto em uma capa um pouco mais grossa. Os documentos eram preenchidos à mão, depois por meio de máquinas de escrever e, mais recentemente, impressos de arquivos produzidos em computador.

Embora haja quem sustente que o art. 24 e o § 2º do art. 8º da Lei nº 10.259/2001⁽¹⁾ permitiram a utilização do processo eletrônico, na prática, isso não se estendeu ao processo criminal, ficando restrito aos processos dos juizados de natureza cível.⁽²⁾ Somente com a Lei nº 11.419, de 19.12.2006, é que se regulamentou a informatização do processo judicial, possibilitando sua utilização no processo penal.

2 Modo de atuação com os processos criminais físicos

A pessoa interessada (delegado, Ministério Público, advogado etc.) entregava o respectivo documento físico (inquérito, representação, denúncia, queixa-crime) ao setor de distribuição. Este inseria os dados no sistema de processamento e, mediante sorteio, era gerada a distribuição. As peças eram encaminhadas à unidade para a qual foram distribuídas (vara criminal), onde recebiam uma capa e eram autuadas, formando os autos do processo e/ou inquérito, sendo as folhas numeradas.

Uma vez distribuído o processo, os protocolos deveriam ocorrer no balcão da unidade respectiva (vara criminal) e depois juntados aos autos, com a devida numeração nas páginas.

As pessoas que desejassem vista dos autos deveriam se dirigir até a respectiva vara, não sendo incomuns unidades do Judiciário que ainda não dispunham de andamento processual acessível pela Internet, o que obrigava os interessados a se dirigir até o respectivo local para uma simples verificação do estado atual do feito. No caso do Ministério Público, os autos deveriam a ele ser encaminhados.

Nas audiências, os depoimentos deveriam ser ditados ao escrevente para registro.⁽³⁾

Em alegações finais, havendo mais de um acusado, ou os autos ficavam em cartório/secretaria (prazo comum),⁽⁴⁾ ou então eram concedidas vistas sucessivas, a fim de não prejudicar a ampla defesa.

Havendo recurso(s), o encaminhamento dos autos para as instâncias recursais era feito por meio dos Correios, gerando nova distribuição e encaminhamento à Turma julgadora.

Em caso de plantão, advogados e juízes precisavam se deslocar até o fórum respectivo.

Destaque ainda deve ser dado aos casos que envolvessem sigilo, tais como interceptação telefônica, quebra de sigilo financeiro, busca e apreensão etc., nos quais os autos deveriam ser mantidos em locais reservados, a fim de preservar o respectivo sigilo.

Maiores detalhes sobre as rotinas cartorárias envolvendo os processos físicos podem ser obtidas no Provimento 2 do Tribunal Regional Federal da Quarta Região,⁽⁵⁾ bem como no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina.⁽⁶⁾

3 A atuação no processo eletrônico criminal

Em relação ao processo eletrônico, é notório o caso da APn 470 (Mensalão), no qual o Supremo Tribunal Federal digitalizou todas as peças do processo e não há notícia de nenhuma nulidade por esse fato. Desde 2010, o Supremo Tribunal Federal passou a adotar o processo eletrônico para determinadas classes processuais, sendo, atualmente, quatorze.⁽⁷⁾ No Superior Tribunal de Justiça, é mais recente a obrigatoriedade do processo eletrônico,⁽⁸⁾ sendo vinte e dois tipos de classes processuais envolvidas.

Na primeira instância da Quarta Região, no começo de 2010, houve a implantação do processo eletrônico para todos os tipos de ações.

Com o processo criminal eletrônico, também o inquérito passou a ser eletrônico. O delegado é quem faz o registro no sistema com os dados da investigação que se inicia. O mesmo acontece quando solicita alguma diligência (quebra de sigilo, busca e apreensão). Na sequência, faz a anexação dos documentos inerentes em arquivos PDF,(9) arquivos de áudio e até audiovisuais.

Tratando-se de advogado, é ele mesmo quem faz o registro de eventual *habeas corpus* ou alguma medida incidental, também anexando os documentos que entender pertinentes.

Posteriormente, todo e qualquer peticionamento feito por qualquer das partes é realizado diretamente no sistema e anexado automaticamente.

As pessoas que detêm a chave do processo têm acesso a todo o seu conteúdo de modo contínuo, com exceção dos processos que tenham nível 2 de sigilo em diante,(10) não havendo mais motivos para alegações finais sucessivas pelas defesas.

Em hipóteses de recursos, basta um comando para que o processo seja encaminhado de uma instância a outra, praticamente de modo imediato, com a respectiva distribuição.

Nos processos envoltos em sigilo, eles sequer aparecem no sistema para o público externo, somente sendo acessível a pessoas determinadas.

Em casos de plantão, tanto os advogados quanto os magistrados não necessitam se deslocar para o fórum.

4 A utilização de meios modernizadores do processo penal e os pensamentos refratários

A Lei nº 9.800/1999 permitiu a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita. No entanto, há necessidade de apresentação dos originais no prazo de cinco dias.(11)

Em relação aos registros de depoimentos, somente com a Lei nº 11.719/2008 foi inserida no Código de Processo Penal a possibilidade de fazê-los por meio de "gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual", (12) sem necessidade de transcrição para esta última forma. A gravação magnética já havia sido expressada para o processamento dos crimes de menor potencial ofensivo.(13)

Apenas com a Lei nº 11.900/2009 a utilização de videoconferência para realização de atos judiciais foi possibilitada.(14)

Não custa lembrar que, inicialmente, os documentos do processo penal eram escritos à mão, tendo o Código de Processo Penal permitido a confecção de sentenças datilografadas.(15) Sempre é citada a passagem de Jorge Americano, ao criticar essa inovação do então recém-editado Código:

"A sentença deve ser escrita do próprio punho, datada e assinada por seu prolator. São considerados essenciais esses requisitos porque servem para fiscalizar a autenticidade da sentença, e ao mesmo tempo asseguram o sigilo que sobre ela se deve manter até a respectiva publicação.

É essencial, para a dignidade da magistratura, que o juiz mantenha sigilo quanto à sua opinião sobre a demanda, até o momento de lavrar a sentença. Qualquer conversação sobre ela travada conduziria à discussão com as partes, com grave prejuízo da austeridade e até da honra do magistrado [...]. Ora, permitir que a sentença seja datilografada é tolerar o seu conhecimento pelo datilógrafo, antes de publicada. É certo que a sentença, enquanto em estado de rascunho, pode ser modificada, e só adquire força depois de publicada. Basta uma hesitação da parte do juiz, em presença do datilógrafo, um erro que corrija, uma modificação que introduza, para criar no espírito desse auxiliar uma suspeita sobre a

integridade do juiz ou, quando tal não se dê, trazer a público incidentes curiosos ou anedóticos quanto à maneira de lavrar a sentença.

[...] Eis porque parece mais sábio manter a tradição, segundo a qual o juiz lavra, data e assina a sentença do próprio punho.”(16)

Em artigo, Fábio Ulhoa Coelho lembra que, em 1929, a Câmara Criminal do Tribunal da Relação de Minas Gerais anulou uma sentença judicial porque não tinha sido escrita de próprio punho pelo juiz. A decisão tinha sido datilografada. No final da década de 1980, várias sentenças foram anuladas porque os juízes tinham usado microcomputador. Relata o doutrinador que o Judiciário tem tradição em demorar a incorporar os avanços tecnológicos.(17) Não só os membros deste Poder, mas também os usuários do sistema processual devem ter mentalidade aberta para as mudanças, permitindo que as alterações legislativas possam cumprir sua finalidade.(18)

No caso do registro audiovisual dos depoimentos, ficou clara a preocupação do legislador de que se pudesse captar da maneira mais fiel possível o que foi pronunciado, propiciando aos operadores do processo a real informação acerca do depoimento. E nada mais eficiente do que o registro audiovisual. Além disso, é inegável a maior rapidez no registro audiovisual em comparação com o método tradicional (o advogado pergunta ao juiz, que pergunta à testemunha, que responde ao juiz, que dita ao assessor o que ele acha que foi a síntese).

Mas não demorou para a resistência aparecer. Exemplo foi o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo na Apelação nº 990.09.268906-1, no qual se determinou a baixa ao juízo de origem para efetuar a transcrição dos depoimentos e do interrogatório.(19) A Resolução nº 105/2010 do CNJ refere que, a cada 1 minuto de gravação, são consumidos 10 minutos para transcrição.

Em outra ponta, já se teve oportunidade de verificar alegações de que [a] o registro audiovisual geralmente é de baixa qualidade, impossibilitando a devida análise da prova; [b] o princípio da oralidade pode ser prejudicial à defesa; [c] esse registro impossibilita a referência exata a trechos do depoimento; [d] eventuais diligências que possam surgir dos depoimentos ficam impedidas; [e] nos crimes complexos, há necessidade de profundo exame de prova; [f] em caso de recursos, fica impossível valorar a prova, uma vez que os Tribunais não acompanham a sua coleta, analisando só o que consta dos autos.

Felizmente, encontra-se pronunciamento chancelando o que a lei claramente diz:

“MANDADO DE SEGURANÇA. DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA PELO SISTEMA DE AUDIOVISUAL. PEDIDO DE DEGRAVAÇÃO. DESNECESSIDADE. ARTIGO 405, § 2º, DO CPP. CELERIDADE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. O indeferimento do pedido de degravação não caracteriza ofensa a direito líquido e certo. 2. Conforme o art. 405 do CPP, é desnecessária a degravação de oitiva de testemunha realizada pelo sistema de audiovisual. 3. Trata-se de providência tecnológica acrescentada ao Códex Processual Penal pela Lei 11.719/2008, que confere celeridade à audiência e maior fidelidade das informações, além de ser franqueado às partes o livre acesso, inclusive para fazer cópia da própria mídia, que sempre deve estar encartada no caderno processual.”(20)

Mesmo sem a expressa disposição legal, algumas medidas práticas vieram, ao longo dos anos, tentando melhorar o processamento da persecução penal.

Cabe o registro de que juízes da Justiça Federal da Quarta Região, entre 1996 e 1997, passaram a gravar audiências criminais em áudio, ainda na época das fitas cassetes, as quais, por não possibilitarem fácil disponibilidade para as partes, necessitavam de transcrição de seu conteúdo. Essa possibilidade constava na Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral do respectivo Tribunal Regional Federal.(21)

Mesmo antes da nova redação do artigo 405 do Código de Processo Penal, o Tribunal Regional Federal da Quarta Região teve oportunidade de afirmar que a ausência de transcrição de gravação em áudio não era causa de nulidade:

“PENAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTS. 33, *CAPUT*, E 35, *CAPUT*, DA LEI Nº 11.343/06. REGISTRO FONOGRÁFICO DE AUDIÊNCIA. REDUÇÃO A TERMO. DESNECESSIDADE. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. AUTORIA. MATERIALIDADE. COMPROVADAS. CONFISSÃO JUDICIAL. DOLO. PENAS. REDUÇÃO.

1. A teor do § 4º do artigo 277 da Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região (Provimento nº 02/05), no caso de utilização de registro fonográfico de audiência, é facultada ao julgador a transcrição total ou parcial do material gravado. Não há exigência, pois, de que a gravação fonográfica seja reduzida a termo. Sem a prova de que a ausência de gravação dos interrogatórios dos acusados acarretou gravame à defesa, não se declara nulidade do processo penal. [...]”(22)

Se não havia qualquer irregularidade (nulidade) na ausência de transcrição de depoimentos gravados em áudio, com o livre acesso das partes e dos procuradores ao seu conteúdo por simples gravação em CD (ou *pen drive*), muito menos agora, com a expressa previsão no artigo 405 do Código de Processo Penal. Não se discute a vantagem que tanto a gravação em áudio quanto a audiovisual trazem em relação ao depoimento ditado em papel, especialmente porque garantem a fidelidade daquilo que foi dito pelas pessoas ouvidas no processo, e o audiovisual ainda permite verificar as reações do depoente no momento da colheita dessa prova.

5 A experiência da Vara Federal Criminal de Itajaí

O nosso Código de Processo Penal tem suas raízes na década de 1930. É evidente que, nessa época, seriam totalmente inviáveis os registros de depoimentos em áudio ou audiovisual. Por isso, o artigo 216 fazia (e ainda faz – permanência que se atribui ao fatiamento da Reforma, pois o Título da Prova foi tratado na Lei nº 11.690 e o do Processo, na Lei nº 11.719, ambas de 2008) menção de que o depoimento da testemunha seria reduzido a termo, com a redação sendo feita pelo juiz, atendo-se, “quanto possível”, às expressões por ela utilizadas (art. 215).

A expressa previsão de utilização de outros meios de registros de audiências veio em benefício de todos que atuam no processo penal. É direito de todos a tramitação célere do processo (Constituição, artigo 5º, LXXVIII). Além disso, poder assistir ou simplesmente ouvir o depoimento permite uma melhor apreciação da prova.

Como se viu, várias formas de melhorar (agilizar) a tramitação processual têm sido buscadas ao longo do tempo. Se antes era necessária a transcrição do conteúdo gravado em fita cassete, pelas dificuldades de disponibilização do conteúdo para as partes e os advogados, isso, hoje em dia, não é mais empecilho. É muito simples, atualmente, a gravação de qualquer arquivo de áudio ou audiovisual e sua disponibilização por meio de CD-ROM, DVD-ROM ou *pen drives*. Assim, não há qualquer dificuldade para que as partes e os seus advogados possam ter acesso aos depoimentos.

Dessa forma, não encontra guarida eventual alegação de que a ausência de transcrição ofende a ampla defesa. Se isso fosse verdade, teria que ser declarada a inconstitucionalidade do artigo 405 do Código de Processo Penal. Por outro lado, não há como imaginar o princípio da oralidade que não seja... oral. E nada melhor do que registrá-lo no modo que assim permaneça. A título de exemplo, o programa Windows Media Player permite identificar qualquer trecho de uma gravação, o que é suficiente para que alguém indique o local de onde está retirando parte da declaração que está sendo usada em sua argumentação. Se o áudio for de baixa qualidade, também a transcrição ficaria comprometida, sendo o caso de refazer o depoimento. Nos recursos, o tribunal nunca acompanha a coleta da prova, sempre analisa o que consta nos autos. A questão é que, a partir de agora, ao invés de “ler os depoimentos”, todos que atuam no processo deverão “assistir a eles” ou “ouvi-los”.

Na Primeira Vara da Subseção Judiciária de Itajaí, passou-se a realizar audiências com gravação audiovisual em setembro de 2008, logo após a permissão legislativa que explicitou a desnecessidade de transcrição. A rapidez

na colheita dos depoimentos e, principalmente, a fidelidade daquilo que é registrado trazem benefícios incomparáveis com o sistema anterior. É claro que, se houver a necessidade de assistir novamente a um depoimento, em vez de ler aquele resumo que o juiz fazia do depoimento prestado, é mais demorado. No entanto, não só porque a lei determina, mas também por retratar com fidelidade o que foi dito, os operadores do direito têm que com isso se acostumar, e o ganho com a fidelidade do que foi narrado supera qualquer problema relativo ao tempo que demanda para sua visualização.

Com o auxílio do Técnico Judiciário Márcio Ademir Bendlin, foi desenvolvido um sistema para gravação audiovisual de audiências criminais. Com apenas uma *webcam* (que se compra por menos de R\$ 50,00) acrescida ao computador utilizado em sala de audiência, foi (é) possível realizar a captação em meio audiovisual dos depoimentos, por meio do programa Windows Movie Maker (que vem pré-instalado na maioria dos computadores com sistema operacional Windows XP ou mais recente). No começo, além de gerar um arquivo com o registro audiovisual, era feita a extração do áudio para gravação em arquivo MP3⁽²³⁾ (de tamanho bem menor que o audiovisual) por meio de um programa gratuito (no caso, era utilizado o Pazera Free Audio Extractor). Este era arquivado na rede da Seção Judiciária de Santa Catarina. Aquele (audiovisual) ficava armazenado nos HDs dos computadores usados em Itajaí.⁽²⁴⁾ Assim, havia bastante espaço para gravar os arquivos audiovisuais. Além disso, era feito *backup* para outra máquina e, periodicamente, os arquivos eram gravados em DVD para serem arquivados e liberar espaço dos equipamentos.

Os arquivos ficavam à disposição das partes para acesso sempre que precisassem, bastando o fornecimento de mídia (o que não era exigido para os casos de assistência judiciária).

Além disso, foi solicitado ao Técnico Judiciário Paulo Roberto Maurici Junior uma forma de envio dos arquivos digitais a outras subseções. A solução adotada foi a utilização de um servidor *web*⁽²⁵⁾ para disponibilizar as gravações. Assim, no cumprimento de precatórias da Justiça Federal da Quarta Região, o juízo deprecante conseguia acessar o arquivo diretamente por meio de um *link* fornecido pela vara, utilizando um navegador *web*.⁽²⁶⁾ Não necessitando que o CD acompanhasse a carta precatória. Isso também era possível para o próprio Tribunal Regional Federal da Quarta Região, quando de eventuais recursos. De qualquer forma, se não houvesse condição de se proferir sentença em audiência, uma mídia contendo os arquivos era encaminhada com os autos (ainda físicos) para a fase de alegações finais.

Com os processos iniciados a partir da implantação do sistema totalmente eletrônico (2010), a ideia era neles inserir os arquivos audiovisuais. No começo, o sistema não admitia o arquivo audiovisual por causa de seu tamanho. Isso não impediu que fossem anexados os arquivos em áudio extraídos daqueles, pois a gravação em MP3 é de tamanho bem menor. Finalmente, a partir de junho de 2012, foi possível a anexação ao processo eletrônico dos arquivos audiovisuais.

O modelo desenvolvido e implementado em Itajaí ainda continua sendo utilizado não apenas na localidade, mas também em outras varas federais com competência criminal.⁽²⁷⁾

Conclusão

Desde o primeiro Código de Processo Penal do Brasil, a persecução penal sempre foi realizada por meio da formação de autos físicos (documentos e provas envoltos em uma capa: autos do inquérito ou do processo). Somente em 2006, com a publicação da Lei nº 11.419, passou a ser prevista a possibilidade de “autos” do processo em formato eletrônico, dispensando totalmente o uso de papel.

A utilização de autos criminais físicos demandava uma série de atos que o processo eletrônico deixou de exigir: deslocamento dos interessados até o fórum para distribuição, protocolo, visualização de andamento e decisões; deslocamento físico do processo entre setores da vara e remessa a outras instâncias; autuação, juntada e numeração de páginas; carga e remessa etc.

Em 2008, houve alteração no Código de Processo Penal que permitiu a gravação audiovisual de audiências, o que trouxe ganho na rapidez da colheita de depoimentos e, principalmente, possibilitou a colheita desse tipo de prova com fidedignidade. Como toda novidade, contou com resistência, a qual, porém, restou rechaçada.

Logo na sequência dessa alteração legislativa, a 1ª Vara Federal de Itajaí, com competência criminal para esta subseção, desenvolveu um sistema de captação de depoimento audiovisual em audiências, por meio de aquisição de uma singela *webcam*. Além do modo econômico, é destacável o fato de os arquivos gerados ficarem à disposição de toda e qualquer outra subseção da Quarta Região da Justiça Federal, bem como do próprio Tribunal Regional Federal, tornando desnecessária a gravação em mídia para remessa na devolução de cartas precatórias ou de ordem.

Referências bibliográficas

AMERICANO, Jorge. Apud LEAL, Antônio Luiz da. **Comentários ao Código de Processo Penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942. v. III.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Judiciário brasileiro ainda reluta a avanços tecnológicos**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-set-08/judiciario_ainda_reluta_avancos_tecnologicos>. Acesso em: 24 abr. 2010.

GARCIA, Sérgio Renato Tejada. Informatização e prestação jurisdicional: desafios e perspectivas. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 11, maio 2006. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao011/sergio_garcia.htm>. Acesso em: 25 mar. 2010.

LEAL JÚNIOR, Cândido Alfredo Silva. Texto judiciário eletrônico: decidindo e escrevendo no novo processo eletrônico. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 37, ago. 2010. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao037/candido_junior.html>. Acesso em: 12 jan. 2011.

MENDONÇA, Andrey Borges de. **Nova reforma do Código de Processo Penal: comentada artigo por artigo**. São Paulo: Método, 2008.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

PESSOA, V. A. de Paula. **Código criminal do império do Brasil anotado**. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1877.

PIERANGELI, José Henrique. **Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas**. 2. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2004.

SALLES, José Roberto da Cunha. **Foro penal. Theoria e pratica do processo penal brasileiro**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1882.

Notas

1. GARCIA, Sérgio Renato Tejada. Informatização e prestação jurisdicional: desafios e perspectivas. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 11, maio 2006. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao011/sergio_garcia.htm>. Acesso em: 25 mar. 2010.

“Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistratura dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores.”

“Art. 8º As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (aviso de recebimento em mão própria).

[...]

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.”

2. O Tribunal Regional Federal da Quarta Região, em julho de 2003, iniciou com o processo totalmente eletrônico nos Juizados Especiais Previdenciários de Florianópolis (SC), Blumenau (SC), Londrina (PR) e Rio Grande (RS). Em julho de 2004, estendeu para todos os juizados. No início de 2010 é que os processos penais passaram a ser totalmente eletrônicos.

3. Art. 195 do Código de Processo Penal, na redação anterior à da Lei nº 10.792/2003:

“As respostas do acusado serão ditadas pelo juiz e reduzidas a termo, que, depois de lido e rubricado pelo escrivão em todas as suas folhas, será assinado pelo juiz e pelo acusado.

Parágrafo único. Se o acusado não souber escrever, não puder ou não quiser assinar, tal fato será consignado no termo.”

Art. 212 do Código de Processo Penal, na redação anterior à da Lei nº 11.690/2008:

“As perguntas das partes serão requeridas ao juiz, que as formulará à testemunha. O juiz não poderá recusar as perguntas da parte, salvo se não tiverem relação com o processo ou importarem repetição de outra já respondida.”

Artigos 215 e 216 do Código de Processo Penal:

“Art. 215. Na redação do depoimento, o juiz deverá cingir-se, tanto quanto possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente as suas frases.

Art. 216. O depoimento da testemunha será reduzido a termo, assinado por ela, pelo juiz e pelas partes. Se a testemunha não souber assinar, ou não puder fazê-lo, pedirá a alguém que o faça por ela, depois de lido na presença de ambos.”

4. Veja-se hipótese interessante de “negativa de carga” contida no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina: “Art. 207. Existindo nos autos documentos originais de difícil restauração ou ocorrendo circunstância relevante que justifique a sua permanência no cartório, reconhecida pela autoridade judiciária em despacho motivado, proferido de ofício, mediante representação ou mediante requerimento do interessado, a vista e retirada, ainda que de processos findos, é proibida, admitido apenas o exame em cartório pelos advogados com procuração nos autos (Estatuto da Advocacia – Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, art. 7º, § 1º, item 2)”.

5. Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, publicada no DJU (2) de 06.06.2005, p. 173, nº 106 – atualizado pelo Provimento 3/05-CG, pelo Provimento 4/05-CG, pelo Provimento 2/06-CG, pelo Provimento 3/06-CG, pelo Provimento 4/06-CG e pelo Provimento 1/07-CG. Disponível em: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=25>. Acesso em: 13 ago. 2013.

6. Disponível em: <<http://www.tjsc.jus.br/institucional/normas/normas.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

7. Art. 14 da Resolução nº 427, de 20.04.2010.

8. Resolução STJ nº 14, de 28.06.2013.

9. *Portable Document Format*, um formato de arquivo criado pela empresa Adobe Systems e que se tornou um padrão aberto em 2008. Esse formato permite a visualização de um documento de maneira idêntica em diferentes equipamentos, sistemas operacionais e programas utilizados.

10. São estes os níveis de sigilo:

a) Nível 0 (zero): Autos Públicos – visualização por todos os usuários internos, partes do processo e terceiros, sendo que estes devem estar munidos da chave do processo.

b) Nível 1 (um): Segredo de Justiça – visualização somente pelos usuários internos e pelas partes do processo.

c) Nível 2 (dois): Sigilo – visualização somente pelos usuários internos e órgãos públicos.

d) Nível 3 (três): Sigilo – visualização somente pelos usuários internos do juízo em que tramita o processo.

e) Nível 4 (quatro): Sigilo – visualização somente pelos usuários com perfil de

Magistrado, Diretor de Secretaria e Oficial de Gabinete.

f) Nível 5 (cinco): Restrito ao Juiz – visualização somente pelo Magistrado ou por usuário a quem ele o atribuir.

11. “Art. 2º A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término.

Parágrafo único. Nos atos não sujeitos a prazo, os originais deverão ser entregues, necessariamente, até cinco dias da data da recepção do material.”

12. “Art. 405. Do ocorrido em audiência será lavrado termo em livro próprio, assinado pelo juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes nela ocorridos.

§ 1º Sempre que possível, o registro dos depoimentos do investigado, do indiciado, do ofendido e das testemunhas será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinada a obter maior fidelidade das informações.

§ 2º No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, sem necessidade de transcrição.”

O Projeto do novo Código de Processo Penal mantém a possibilidade de gravação audiovisual, sem necessidade de transcrição:

“Art. 182. O registro do depoimento da testemunha será feito mediante recursos de gravação magnética ou digital, estenotipia ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações.

§ 1º No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhada às partes cópia do registro original, sem necessidade de transcrição.

§ 2º Não sendo possível o registro na forma do *caput* deste artigo, o depoimento da testemunha será reduzido a termo, assinado por ela, pelo juiz e pelas partes, devendo o juiz, na redação, cingir-se, tanto quanto possível, às expressões usadas pela testemunha, reproduzindo fielmente as suas frases.”

“Art. 282. Sempre que possível, o registro dos depoimentos do investigado, da vítima e das testemunhas será feito mediante recursos de gravação magnética ou digital, estenotipia ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações. Parágrafo único. No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhada às partes cópia do registro original, sem necessidade de transcrição.”

13. Art. 65 da Lei nº 9.099/1995:

“Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados, atendidos os critérios indicados no art. 62 desta Lei.

[...]

§ 3º Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.”

14. No âmbito do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, desde 2004 é possível a sustentação oral por meio de equipamentos de videoconferência existentes nas Subseções dos três Estados da Federação, tornando desnecessário o deslocamento do advogado até Porto Alegre (RS) para esse ato.

Disponível em: <<http://www.aasp.org.br/aasp/>

imprensa/clipping/cli_noticia.asp?idnot=7294>. Acesso em: 15 ago. 2013.

15. “Art. 388. A sentença poderá ser datilografada e neste caso o juiz a rubricará em todas as folhas.”

16. Apud LEAL, Antônio Luiz da. **Comentários ao Código de Processo Penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942. v. III. p. 21.

17. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-set-08/judiciario_ainda_reluta_avancos_tecnologicos>. Acesso em: 24 abr. 2009.

18. “[...] a efetividade das alterações e a consequente modernização do CPP passarão pela contribuição dos operadores do direito e, especialmente, por uma mudança de mentalidade, em busca de um processo penal mais justo e eficiente, há muito perdido na história brasileira.” (MENDONÇA, Andrey Borges de. **Nova reforma do Código de Processo Penal**: comentada artigo por artigo. São Paulo: Método, 2008. p. XI)

19. “A norma processual, portanto, não determina que a gravação audiovisual não deva ser transcrita e que a transcrição não deva ser juntada nos autos. Ao contrário, ela determina que a transcrição não será necessária para as partes, subentendendo-se que ela tem que ser efetuada quando houver recurso [...]. Aliás, a E. Corregedoria de Justiça recomenda a transcrição dos depoimentos antes da subida dos autos ao Tribunal” (**DEPOIMENTO em DVD não é aceito no TJ-SP**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-mar-07/depoimento-dvd-nao-aceito-justica-sao-paulo>>. Acesso em 12 abr. 2010). No mesmo sentido: “PROCESSO PENAL – Audiência de instrução e julgamento registrada por meio audiovisual – Degravação – Necessidade – Alegação do Juízo *a quo* de impossibilidade de transcrição – Autos que deverão permanecer na Primeira Instância até que o cartório seja dotado de recursos necessários para que se realize a degravação – Recurso que determina o retorno dos autos ao Juízo de Origem” (TJSP, 2ª Câmara de Direito Criminal, Recurso em sentido estrito nº 00305695020118260114, j. 16.04.2012, Rel. Teodomiro Méndez). Não saiu na ementa parte da conclusão: “Por todo o exposto, por maioria de votos, determinaram o retorno dos autos à 2ª Vara Criminal da Comarca de Campinas, com a determinação de que o juízo *a quo* proceda à degravação, consignando-se que, em caso de eventual dificuldade em se cumprir o ora determinado, deverão os autos permanecer naquele Juízo até que o cartório seja equipado com os recursos necessários para tal mister, **ou até que se verifique a prescrição da pretensão punitiva**. [...]” (o negrito é meu).

20. TRF4. 7ª T., MS 2009.04.00.029699-8/PR, Rel. Tadaaqui Hirose, j. 15.09.2009.

21. “Art. 277. O registro das audiências observará os procedimentos dispostos nesta subseção, podendo ser audiovisual ou por meio de gravação fonográfica. (Redação dada pelo Provimento nº 3, de 13 de setembro de 2006)

§ 1º A aquisição dos equipamentos necessários para a gravação audiovisual de audiências incumbirá às Direções do Foro, dentro de suas disponibilidades financeiras, iniciando-se a implementação pelas Varas Criminais, seguindo-se os Juizados Especiais Federais e, após, as demais.

§ 2º A utilização do registro audiovisual de audiências dependerá da existência de equipamento disponível e da conveniência de uso no caso sob julgamento, a critério do Juiz responsável.

[...]

§ 4º Quando não for conveniente o registro audiovisual ou a gravação fonográfica, o magistrado poderá optar por proceder à redução a termo; na hipótese de utilização de registro audiovisual ou fonográfico, é facultada ao magistrado a transcrição total ou parcial do material gravado. (Redação dada pelo Provimento nº 3, de 13 de setembro de 2006)

§ 5º Dispensando-se a redução a termo dos depoimentos gravados, ficará disponibilizada à parte interessada cópia dos registros fonográficos. (Redação dada pelo Provimento nº 3, de 13 de setembro de 2006)

§ 6º A Secretaria da Vara, no prazo máximo de 24 horas, disponibilizará à parte requerente, a partir de simples solicitação verbal e prévio fornecimento do material necessário, cópia dos registros, salvo na hipótese de beneficiário de assistência judiciária gratuita. (Incluído pelo Provimento nº 3, de 13 de setembro de 2006)

§ 7º Caberá à parte interessada indicar os aspectos nos quais a prova oral necessite reapreciação pela instância recursal, mediante transcrição. (Incluído pelo Provimento nº 3, de 13 de setembro de 2006)

[...]

Art. 278. Antes de iniciados os trabalhos, se for o caso, o magistrado informará as partes a respeito do método de registro audiovisual ou fonográfico dos interrogatórios ou depoimentos, colhendo desde logo o consentimento das partes para utilização desse sistema. (Redação dada pelo Provimento nº 3, de 13 de setembro de 2006)

Parágrafo único. Caso a oposição à adoção do sistema seja baseada em eventual desconhecimento sobre a sua forma e confiabilidade, o magistrado deverá procurar esclarecer às partes.

§ 1º O magistrado decidirá eventual discordância das partes quanto ao método de registro utilizado. (Incluído pelo Provimento nº 3, de 13 de setembro de 2006)

§ 2º A fundamentação da decisão judicial, bem como as razões da discordância

serão registradas no respectivo termo. (Incluído pelo Provimento nº 3, de 13 de setembro de 2006)

[...]

Art. 283. Na hipótese prevista no artigo 217 do CPP, ou quando for necessária a preservação da intimidade, da honra e da imagem do depoente, o Juiz procederá ao registro de suas declarações pela via tradicional ou por gravação digital apenas em áudio, sem registro visual.” (BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Consolidação normativa da Corregedoria da Justiça Federal da 4ª Região**: atualizada até o provimento nº 4/06-CG: novembro/2006. Porto Alegre: TRF 4ª Região, 2006)

22. TRF4. 8ª T., ACR 200770050029663, j. 03.12.2008, D.E. 07.01.2009, Rel. Paulo Afonso Brum Vaz. No mesmo sentido:

“PROCESSUAL PENAL. CORREIÇÃO PARCIAL. INTERROGATÓRIO – SISTEMA DE GRAVAÇÃO DE ÁUDIO. PEDIDO DE DEGRAVAÇÃO. INDEFERIMENTO.

1. Ainda que possível a redução a termo de audiência sob sistema de gravação de áudio, a degravação deve ser realizada quando evidenciada a impossibilidade de providência pelas partes, situação que se mostra afastada quando o requerimento é feito pelo órgão ministerial.

2. Pedido correicional indeferido.” (TRF4. 7ª T. Correição Parcial nº 2008.04.00.010073-0/RS, j. 20.05.2008, Rel. Marcos Roberto Araújo dos Santos)

23. MP3 é uma abreviação de MPEG-1 Audio Layer III, um formato de arquivo para armazenamento de áudio criado pelo grupo de especialistas Moving Picture Experts Group (MPEG).

24. Esses HDs, em geral, estão com sua capacidade ociosa, pois todos os arquivos de trabalho ficam armazenados na rede.

25. Um servidor *web* é um programa de computador que responde a solicitações de outros computadores por meio do protocolo HTTP (Hypertext Transfer Protocol).

26. Programa utilizado para acessar páginas *web*, *v.g.*: Internet Explorer, Chrome, Firefox, Safari.

27. Por exemplo, na Vara Federal de Execuções Fiscais e Criminal de Blumenau com Juizado Especial Federal Criminal Adjunto, na 1ª Vara Federal e Juizado Especial Federal Criminal de Chapecó, na Vara Federal de Rio do Sul com Juizado Especial Federal Adjunto e na 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba.

Referência bibliográfica (de acordo com a NBR 6023:2002/ABNT):

MICHELOTI, Marcelo Adriano. Registro de depoimentos no processo penal: sua evolução e a experiência da gravação audiovisual em Itajaí (SC). **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n.60, jun. 2014. Disponível em:

<http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao060/Marcelo_Micheloti.html>

Acesso em: 15 jul. 2014.

REVISTA DE DOCTRINA DA 4ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRF DA 4ª REGIÃO - EMAGIS